

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

Brasília-DF, 30 Março de 2011

ÍNDICE

1.	Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual.....	6
2.	Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	7
2.1.	Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas;	7
2.2.	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais;	10
2.3.	PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	12
2.3.1.	Software.....	12
2.3.2.	Microeletrônica	15
2.3.3.	O Programa 8.1 do PACTI	16
2.3.4.	Metas e resultados para o período 2007-2010 do PACTI para o setor de microeletrônica.....	18
2.3.5.	Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos....	18
2.3.6.	CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados.....	18
2.3.7.	Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos	19
2.3.8.	Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010	19
2.3.9.	Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa.....	20
2.3.10.	Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I.....	20
2.3.11.	Outras ações desenvolvidas - ações executados como descritas no item anterior	20
2.3.12.	Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software Electronic Design Automation – EDA), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras.....	20
2.3.13.	Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil	21
2.3.14.	Processos Produtivos Básicos (PPBs)	21
2.3.15.	No âmbito da Lei de Informática e do Decreto 5.906/06 nas ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2009, destacam-se as seguintes metas institucionais para o período de janeiro a dezembro de 2009, fixadas pela Portaria MCT nº 180, de 16 de março de 2009:	22
2.4.	Relação dos Programas	22
2.4.1.	Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).....	23
2.4.1.1.	Programa 8.1 do PACTI	24
2.4.1.2.	Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos....	25
2.4.1.3.	CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados.....	26
2.4.1.4.	Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos	26
2.4.1.5.	Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010	26
2.4.1.6.	Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa.....	27
2.4.1.7.	Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I.....	27
2.4.1.8.	Outras ações desenvolvidas.....	27

2.4.1.9.	Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil	28
2.4.1.10.	Processos Produtivos Básicos (PPBs)	28
2.4.1.11.	DESEMPENHO OPERACIONAL	29
2.4.2.	Redes e Mídias	32
2.4.3.	Principais Ações do Programa: 1388	32
2.5.	Desempenho Operacional.....	38
2.5.1.	Programação Orçamentária	38
2.5.2.	Execução Orçamentária	42
2.5.3.	Execução Física das ações realizadas pela UJ	43
3.	Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos.....	46
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de Crédito.....	51
5.	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	52
6.	Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	53
7.	Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.	59
8.	Declaração de Bens e renda.....	59
9.	Estrutura de controles internos da UJ.....	59
10.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
11.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 63	
12.	Gestão de TI da UJ.....	65
13.	Cartões de Pagamento do Governo	66
14.	Renúncia Tributária	66
15.	Declaração de Regularidade	72
16.	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	73
17.	Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	77
18.	Informações contábeis.....	78
19.	Consultores contratados na modalidade “produto”	78

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs no Brasil. Tais políticas têm como objetivos a capacitação tecnológica e a competitividade do setor visando promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

O instrumento fundamental para a realização de P,D&I pelas empresas são os incentivos fiscais apoiado em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços, ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas, à capacitação e formação de recursos humanos, à consolidação e atratividade de empresas, complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações visam o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, a redução do déficit da balança comercial, a geração de empregos em todo o território nacional, e, principalmente, a redução do desequilíbrio social e econômico regional, a inclusão sócio-digital.

A Lei de Informática-LI constitui o marco legal que demanda maior esforço de gestão desta Secretaria, não somente pelo tempo de cerca de 20 anos de existência de um setor com grande dinamismo tecnológico, em particular pelos resultados alcançados, mas principalmente pelo grau de complexidade que requer sua aplicação e acompanhamento.

Adicionalmente à gestão da Lei de Informática, a SEPIN contribui na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas e programas específicos relacionados ao setor de TIC's por grupos de trabalho conduzidos por outras pastas ministeriais do Executivo (MDIC, CAMEX, RFB/MF, MINICOM, MEC, MRE, MPOG, MTE) e agências governamentais (ANATEL, BNDES, FINEP) entidades de classe do setor e fóruns internacionais.

A Secretaria contribui nos trabalhos de comitês e conselhos de diversas instituições e supervisão de atividades e centros de pesquisa e empresa pública vinculados ao MCT, tais como, CEITEC S.A., CATI, LNCC, CTI, RNP, Softex, Comitê Gestor da Internet no Brasil. A SEPIN participa, ainda, em vários foros nacionais e internacionais vinculadas a outras pastas de Governo, tais como, CNCP-MJ, GIPI-MDIC, GTC-MC, CPqD/MC, Grupo de Trabalho Conjunto/TV Digital-MRE, Grupos de Trabalho do Mercosul e, mais recentemente, o PNBL – Programa Nacional de Banda Larga, com a coordenação do Grupo Temático de Política Industrial e Tecnológica no

CGPID. Destacamos, a coordenação desta Secretaria no programa mobilizador estratégico em TICs, de grande importância para ações governamentais no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP.

O setor de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs se caracteriza como infraestrutura fundamental para o desenvolvimento social e econômico do País, constituindo-se num dos principais geradores e difusores do progresso técnico e da produtividade na economia atual, presente em todos os setores econômicos. Este setor é prioritário na implantação de políticas tecnológica, industrial e comercial das economias mais avançadas, contribuindo em 2009 com cerca de US\$ 1,6 trilhão do volume de negócios da economia mundial.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes tais como TV Digital, tecnologias de acesso e conectividade (banda larga, wireless,...). Na economia brasileira a participação deste setor é da ordem de US\$ 60 bilhões, sendo que o montante relacionado ao faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática é cerca de US\$ 40 bilhões.

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

1. Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		Código SIORG: 1988	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Política de Informática.			
Denominação abreviada: SEPIN-MCT			
Código SIORG: 2058	Código LOA: 240101	Código SIAFI: 240116	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE:	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3317.7855	(61) 3317. 7900	(61) 3317.7532
Endereço eletrônico: sepin@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mct.gov.br/sepin			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar - CEP: 70062-900, Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n. 5.314, de 17/12/2004 – DOU 20/12/2004.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias e decretos			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
240.116	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
0001	SPOA/MCT		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
240101			

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, constituída por meio do Decreto Nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo Decreto Nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, publicado no D.O.U. de 8.9.2006.

Regimento Interno - Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas;

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, com as seguintes competências regimentais:

I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;

III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;

IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;

VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

VII - articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e

VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

No âmbito de suas atribuições, a SEPIN propõe e implementa ações de políticas públicas e projetos, nacionais e internacionais, para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), com objetivo de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação. Com isso, trabalha com o propósito de promover implantação de redes abertas de pesquisa, a diversidade cultural e a ênfase de que as TICs não são um fim em si mesmo, mas devem ser um instrumento de inclusão sustentável. Participa na criação de mecanismos multilaterais, transparentes e democráticos de governança da Internet, ressaltando no papel das TICs na promoção do desenvolvimento. Adicionalmente, promove a implementação de políticas públicas para a superação do hiato digital e a importância do software livre na promoção da inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas com TICs, a SEPIN, nas últimas décadas, vem realizando ações que norteiam o Setor, tais como a implementação de programas e projetos de interesse nacional na área e a promoção ao desenvolvimento de suas cadeias produtivas. Isto tem se configurado por meio da execução de Programas Prioritários para software, semicondutores e redes de computadores, bem como pelo estímulo ao desenvolvimento e produção de partes, peças e componentes dos bens fabricados no País. Tais ações visam a geração de empregos, a melhor equalização da balança comercial do setor, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em TICs no País.

No âmbito da legislação que está mais diretamente envolvida com as ações desenvolvidas pela SEPIN destacam-se: i) Lei 7.232/84, Lei 8.248/91, Lei 10.176/01 e

Lei 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei 9.609/98 (Lei de Software) e iii) Lei 11.484/07 que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados.

A política para o setor de TICs tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia da Informação e a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática (Lei 11.077/04) e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos fiscais privilegia as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, para conceder-lhes, inicialmente, isenção do IPI. São mais favorecidas as regiões de influência das extintas SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, no intuito de reduzir as desigualdades regionais e favorecer um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Em semicondutores/microeletrônica a política adotada visa a implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas internacionalmente e com impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países com mais expressão no contexto da economia do conhecimento.

Em software, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para obter ganhos de competitividade interna, como para efetivamente inserir-se no mercado internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em um centro de excelência na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

A SEPIN participa ativamente do processo de implantação da TV Digital no Brasil, especialmente através de ações que visam o incremento da capacitação tecnológica nacional, tanto das instituições de pesquisa quanto das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Os investimentos efetuados na área de Internet, comércio eletrônico, serviços e segurança de redes têm se pautado no acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das redes brasileiras e mundiais, em criar condições favoráveis para a implantação de serviços demandados pela economia organizada em rede e na proposição de políticas de segurança em redes de serviços on-line da administração pública.

Num reconhecimento de que as TICs possuem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento do País, foram incluídas como opções estratégicas, na atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, os setores de software e semicondutores, juntamente com os de bens de capital e medicamentos.

Este contexto reafirma a importância das TICs para o desenvolvimento econômico e social do País e as tecnologias envolvidas neste processo têm transformado as estruturas e as práticas de produção, comercialização, consumo, cooperação e competição entre os agentes, alterando a própria cadeia de geração de valor. Do mesmo modo, regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente por este paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos gerados e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais;

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem por finalidade formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionados com Tecnologias da Informação – TI. Tais políticas e programas têm como objetivo a capacitação tecnológica da indústria de computação, automação, telecomunicações, microeletrônica, software e serviços técnicos associados, instalada no País, a atração de investimentos nessas áreas e o aumento da oferta local de bens e serviços que contribuam para o desenvolvimento e a maior competitividade dos demais setores da economia, com efeitos positivos para o cidadão brasileiro.

Estrutura organizacional composta por:

Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação – DETIC;
Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;
Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC;
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC tem por finalidade subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação além de participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, da propriedade intelectual, serviços, da internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador - CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, fortalecimento e consolidação de micros, pequenas e médias empresas, software livre, programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso a internet e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Essa coordenação tem como missão estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, bem como o fortalecimento das empresas e

das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei 8.248/91.

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. Software

O Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – PACTI destaca como uma de suas prioridades o setor de software e serviços de tecnologia da informação, por meio do Programa de Estímulo ao Setor de Software e Serviços de TI. O Programa visa implementar ações que endereçam os principais gargalos para que a indústria brasileira de software e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, tornar o Brasil uma das referências no cenário internacional do setor.

As ações no âmbito do Programa visam:

- Formar e capacitar recursos humanos
- Incrementar a competitividade do setor
- Promover melhores práticas
- Fortalecer o mercado nacional
- Incentivar segmentos emergentes
- Fomentar pesquisa e desenvolvimento
- Consolidar informações sobre software e serviços de TI

Resultados

Formação e capacitação de recursos humanos: Com base em programa aprovado pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, o MCT tem desenvolvido um conjunto de ações destinadas a formar e capacitar recursos humanos nos diversos níveis de escolaridade necessários para atuar no setor. Nesse sentido, ocorreram em 2009 ações para dar continuidade a iniciativas dos anos anteriores, tanto junto ao CNPq quanto no âmbito do Programa Prioritário SOFTEX, para: *i)* ampliar o número de programadores de nível médio; *ii)* adequar a formação de profissionais por escolas de nível médio e superior às necessidades das empresas; *iii)* reciclar e especializar os conhecimentos de profissionais que atuam no setor e *iv)* estimular a formação de pesquisadores e multiplicadores de conhecimento em temas relacionados a engenharia

de software por meio da oferta adicional de bolsas de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação no País. Tais ações resultaram na: implantação de seis Centros de Residência em Software e 20 Centros de Extensão Inovadora em Software, implementação de 38 bolsas adicionais de doutorado em programas de Engenharia de Software e capacitação de 1.300 profissionais em desenvolvimento de software em dois programas piloto com projetos em várias unidades da Federação.

Incrementar a competitividade do setor: Nesse tema, o Plano prevê medidas para aperfeiçoar o marco legal, particularmente no tocante a desoneração tributária, com a finalidade de fortalecer empresas de software e serviços que exerçam atividades no País para atender as demandas local e internacional em condições competitivas de preço e qualidade. Em 2009, foi emitido o Decreto nº 6.945, de 21 de agosto de 2009, que estabeleceu desoneração da folha de pagamento de empresas que exportem serviços de TI.

Promover melhores práticas: O Plano visa estimular a adoção das melhores práticas de engenharia de software pelas empresas do setor em seu processo de desenvolvimento, bem como nos processos de aquisição de software e serviços de TI pelo conjunto dos setores da economia que os utilizam, em conformidade com o estado da arte e as normas internacionais de qualidade aplicáveis.

Meta: Implementar melhores práticas em pelo menos 400 empresas de software e serviços de TI até 2010, especialmente nas PMEs, por meio de avaliações nos modelos MPS.BR ou CMMI.

- O quadro a seguir apresenta um resumo das metas realizadas até:

Ano	Previsto	Realizado
2007	No ano:100 Acumulado: 100	MPS.BR: 72 CMMI: 58 Total: 130
2008	No ano:80 Acumulado: 180	MPS.BR: 107 CMMI: 79 Total: 186
2009	No ano:100 Acumulado: 280	MPS.BR: 203 CMMI: 117

		Total: 320
2010	No ano:120 Acumulado: 400	MPS.BR*: 278 CMMI**: 167 Total: 445

* Até 31/12/2010 foram: 278 empresas com avaliações publicadas; 18 Instituições Implementadoras credenciadas; 12 Instituições Avaliadoras credenciadas; 3.581 pessoas treinadas nos cursos oficiais do MPS.BR e 1.276 pessoas aprovadas nas provas oficiais do MPS.BR; oito consultores de aquisição e duas instituições de consultoria de aquisição.

**Com relação às avaliações vigentes até setembro de 2010, temos a seguinte distribuição: Nível 1 – 01 empresa; Nível 2 – 89 empresas; Nível 3 – 62 empresas; Nível 4 – 01 empresa; Nível 5 – 11 empresas

Fortalecer o mercado nacional: O Plano estabelece ações que visam induzir a expansão do uso de tecnologias de informação e comunicação nas cadeias produtivas, particularmente nas micro, pequenas e médias empresas, bem como a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento tanto para as empresas do setor, quanto para os usuários de seus produtos e serviços.

Incentivar segmentos emergentes: Incentivar o desenvolvimento de software e serviços mediante parcerias com empresas e centros de pesquisa em segmentos emergentes e de alto potencial de crescimento, tais como, comunicação sem fio, TV digital, visualização, entretenimento, software como serviço e aplicações para novas modalidades de computação, por ex. *clusters* de computadores e computação em grade (*grid*) e em nuvem (*cloud*). Foram estabelecidas três redes de competência nos temas ‘Software Público Brasileiro’, ‘Visualização Avançada’ e ‘Segurança da Informação e Criptografia’ e proposta uma ação do FNDCT para criação de mais uma no tema ‘Reuso em Software’.

Fomentar pesquisa e desenvolvimento: Apoiar o desenvolvimento de projetos de P,D&I em computação em áreas consideradas de alta complexidade e grande desafio, que estejam sintonizados com as necessidades nacionais. Adicionalmente, estimular e acompanhar os projetos de P&D em software que são desenvolvidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática. Foi lançado um Edital do CNPq em 2010, com recursos do FNDCT no valor de R\$ 10 milhões, para financiamento de projetos de P&D relacionados ao documento proposto pela Sociedade Brasileira de Computação – SBC que estabelece os Grandes Desafios da Computação no Brasil.

Consolidar informações sobre o setor de software e serviços de TI: Apoiar o levantamento, a organização e a divulgação de informações sobre o setor de software e serviços de TI do Brasil. Em 2009, foi lançada a primeira edição da publicação 'Software e Serviços de TI – A Indústria Brasileira em Perspectiva' que divulga informação inédita sobre o setor e também foi colocada a disposição do público uma página na Internet com os dados nos quais a publicação foi baseada. Nova versão do estudo será lançada em 2011, com dados colhidos e trabalhados em 2010.

2.3.2. Microeletrônica

As ações mais significativas realizadas desde 2002 para o desenvolvimento tecnológico do setor de microeletrônica no Brasil foram as seguintes:

- I. infraestrutura - construção e implantação do CEITEC – design house e fábrica de semicondutores;
- II. programa de formação e capacitação de recursos humanos – bolsas de pós-graduação, revisão de currículos, criação de novos cursos e estágios em empresas e instituições de P&D no Brasil e no exterior;
- III. marco regulatório – desoneração de investimentos industriais e incentivo à pesquisa e o desenvolvimento – Lei no 11.484, de 2007, que criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD;
- IV. financiamento a projetos de circuitos integrados, parceria instituições de P&D e empresas, via editais da FINEP;
- V. implementação do Programa CI-Brasil que apóia a formação e operação de centros de projetos de circuitos integrados.

Todas essas iniciativas foram consolidadas no Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional - PACTI, que adicionalmente estabeleceu metas com o objetivo de ampliar as ações e atividades nessa área e também atender a dois macro-objetivos do PPA, quais sejam: (i) implementar uma infra-estrutura de P&D, eficiente e integradora, distribuída pelo território nacional e (ii) elevar a competitividade dos diferentes setores industriais pela incorporação de circuitos integrados nos diversos. Outra importante iniciativa

relacionada à tecnologia de semicondutores consiste na capacitação de pesquisadores e de laboratórios para a prospecção de novas tecnologias em dispositivos mecânicos, ópticos e eletrônicos, nanoeletrônica, polímeros, em mostradores (displays) e outras tecnologias afins.

Em 2007, a implementação do Programa 8.1 Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Eletrônica e de Semicondutores do PACTI teve início. As medidas e ações propostas do PACTI continuaram a ser executadas em 2008, alinhadas e integradas a partir de maio com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. A PDP além de estabelecer novas metas, prevê também medidas adicionais e complementares para fortalecer o setor de microeletrônica no País. O presente documento apresenta um relatório de execução das ações e atividades nesta área no ano de 2008.

2.3.3. O Programa 8.1 do PACTI

Os Programas 8.1 a 8.3 que integram o PACTI abrangem um conjunto de ações, medidas e metas para o setor de tecnologia da informação e comunicação, visando ampliar os investimentos do País em pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos e melhoria da infraestrutura de pesquisa e inovação. O Programa 8.1 foca na cadeia produtiva dos equipamentos eletrônicos, identificada como de pouca expressão no cenário brasileiro, o que acarreta importações com tendência de crescimento, dependência tecnológica e baixa competitividade da indústria brasileira.

O Programa 8.1- Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Eletrônica e de Semicondutores, então, consolidou as ações e medidas já priorizadas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE para a área de semicondutores e serviu de referência para a elaboração da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, Programa de Tecnologia da Informação e Comunicação.

As ações e medidas propostas concentram-se em quatro tópicos:

- a) Programa Nacional de Microeletrônica – apoio ao programa CI-Brasil, formação e capacitação de recursos humanos,

- b) Apoio a projetos de desenvolvimento de tecnologias de material avançado para aplicação em dispositivos eletrônicos
- c) Concessão de subvenção econômica para empresas, por meio da FINEP
- d) Ampliação e aperfeiçoamento do marco legal de incentivos e benefícios fiscais para o setor.

Cabe destacar que as diretrizes do Programa 8.1 serviram de referência e definiram prioridades para as ações do Fundo de Informática (Ações Verticais), do FNDCT – Ações Transversais e Editais de Subvenção da FINEP no período 2007-2010. Dessa forma, a maioria das metas estabelecidas serão cumpridas até o final de 2010.

Inicialmente, cabe mencionar que o Programa 8.1 do PACTI 2007-2010 está subdividido em 4 sub-programas:

- I. Sub-programa Nacional de Microeletrônica, Semicondutores e Dispositivos, abrangendo as atividades das *design houses* e de treinamento do Programa CI-Brasil; a implementação e operacionalização do Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC; formação e capacitação de recursos humanos; cooperação Sub-programa de Desenvolvimento de Tecnologias de Material Avançado;
- II. Sub-programa de Fomento a Projetos de P,D&I na área de componentes eletrônicos - apoio financeiro para projetos de centros de P,D&I, para o desenvolvimento de circuitos integrados dedicados, de interesse de indústrias locais, a partir de editais competitivos da FINEP e outros instrumentos de fomento; apoio a projetos mobilizadores do setor público, identificando nichos de oportunidade tais como o “chip do boi” e o sistema de identificação veicular, nota fiscal eletrônica, e promovendo o estímulo às atividades de P,D&I por meio de projetos mobilizadores dos grupos nacionais, como o realizado no projeto da TV Digital brasileira; e
- III. Sub-programa de Revisão e Aperfeiçoamento do marco legal do setor de TIC.

Em relação ao sub-programa (iv), que objetiva revisar e aperfeiçoar o marco legal do setor de TIC, foram elaboradas propostas nos subgrupos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com a participação de representantes do MCT, MC, MDIC, MF, BNDES, FINEP, ABDI

e outros. As primeiras medidas já previstas no lançamento da PDP foram aprovadas e regulamentadas.

As novas medidas para aperfeiçoar e complementar o PADIS, o PATVD, a Lei de Informática e a Lei do Bem foram aprovadas e implementadas na MP 472, 15 de dezembro de 2009. A MP 472 cria os Programas PROUCA e RECOMPE, amplia o prazo de vigência da redução da alíquota do PIS/COFINS para dezembro de 2014, reduz em 25 pontos percentuais o investimento mínimo obrigatório em P&D para os fabricantes de microcomputadores e, especificamente em relação ao PADIS: (i) inclui os dispositivos semicondutores com tecnologia *chip on board*, (ii) reduz a cumulatividade dos investimentos em P&D entre as Leis nº 11.484/2007, Lei nº 8.248, de 1991 e Lei nº 8.387, de 1991 e. (iii) prevê a possibilidade de redução da alíquota do II a zero para importações de máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas computacionais e insumos, por empresa beneficiária do PADIS. As demais medidas de revisão e aperfeiçoamento do PADIS, PATVD e Lei de Informática ficaram pendentes e continuarão a ser avaliadas em 2010.

2.3.4. Metas e resultados para o período 2007-2010 do PACTI para o setor de microeletrônica

2.3.5. Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos

Previsto em 2009: 3 novos centros

Execução: o Edital CNPq nº 059/2008, de 2 de outubro de 2008, para a seleção de novos centros e empresas de projeto de circuitos integrados (DH's) que integrarão o Programa CI-Brasil selecionou e aprovou 12 novos projetos. Foram contratados em 2009 111 projetos.

Situação: A meta prevista para o período 2007-2010 foi cumprida em 2009. Não foram identificadas restrições para o cumprimento desta meta.

2.3.6. CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados

Execução:

Aprovada a Lei nº 11.759, de 31.07.2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC S.A.

Publicado o Decreto nº 6.338, de 7.11.2008, regulamentando a Lei no 11.759, de 2008, e criando a empresa pública CEITEC S.A.

Início em setembro do transporte dos equipamentos para a unidade de fabricação;

Contratação das etapas de adequação da sala limpa (“hook up”) e da revisão e instalação dos equipamentos (“set up”) – Aviso de Licitação Concorrência MCT nº 1/2008, de 30 de setembro de 2008, concluída em 24 de dezembro de 2008.

Situação: considerando as ações realizadas em 2009 e as atividades pendentes, a previsão de conclusão das obras e o início da operação da unidade de fabricação foi postergado para 2010.. As restrições para o cumprimento da meta são de natureza orçamentária: restrição ou falta de recursos adicionais para a execução dos serviços de *hook-up* e de revisão, instalação e pré-operação dos equipamentos – etapa *set up*

2.3.7. **Projeto** de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos

Previsto em 2009: 70 projetos

Execução: Nenhum projeto contratado.

Situação: Encaminhado Termo de Referência para a FINEP para elaboração de edital visando a contratação de projetos de sistemas em RF-ID no segundo semestre de 2009. No entanto, a FINEP estuda uma nova modalidade de contratação

2.3.8. **Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010**

Previsto em 2009: capacitação de 200 especialistas e formação de 200 mestres e doutores.

Execução: 340 projetistas formados nos dois Centros de Treinamento

Situação: em 2009 houve falta de recursos para a implantação dos dois novos centros de treinamento previstos, o que reduziu o número de total de projetistas formados no ano de 2009. Por outro lado, houve a formação da equipe de instrutores brasileiros do Programa, todos certificados pela empresa contratada, conforme previsto inicialmente. A duração dos cursos foi reavaliada e a partir de 2010 os cursos terão duração de 12 meses e não mais serão divididos em duas fases. A não implantação dos novos centros também foi o resultado da redução na procura pelos projetistas, uma

vez que tanto no mercado interno como no mercado internacional, o setor passou por uma crise em 2009. Em 2010 deverá ser implantado pelo menos mais um centro de treinamento, prevendo-se a capacitação de 400 projetistas.

2.3.9. Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa

Previsto em 2009: 4 centros

Realizado: nenhum projeto foi contratado

Situação: Não foram destinados recursos para esta ação, em função da restrição orçamentária ocorrida em 2009.

2.3.10. Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I

Previsto em 2009: 3 projetos

Realizado: Nenhum projeto contratado.

Situação: Não foram destinados recursos para esta ação, em função da restrição orçamentária ocorrida em 2009.

2.3.11. Outras ações desenvolvidas - ações executados como descritas no item anterior

2.3.12. Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software Electronic Design Automation – EDA), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras

Realizado: desde 2005, com recursos do Fundo de Informática (R\$ 500 mil) e coordenação da Fundação de Apoio ao CTI – FaCTI, da Sociedade Brasileira de Microeletrônica – SBMicro e do Laboratório de Sistemas Integráveis –LSI-TEC, foram adquiridas licenças EDA das maiores empresas mundiais (*Cadence, Mentor Graphics e Synopsys*) para mais de 20 instituições brasileiras de ensino e pesquisa, tanto públicas como privadas, que atuam na área de projeto de circuitos integrados.

Situação: Em 2009, com recursos dos Programas Prioritários (PPIs) foram adquiridas licenças acadêmicas para uso nas instituições de ensino e pesquisa, considerando que não houve disponibilidade de recursos do Fundo de Informática, conforme previsto inicialmente. O LSI-TEC recebeu em agosto/2009, um aporte de R\$ 200 mil.

2.3.13. Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil

Realizado: Foram realizadas 4 reuniões da Comissão de Coordenação do Programa CI-Brasil durante o ano de 2009. De uma forma geral, foram apresentadas e avaliadas as ações em andamento e os principais resultados obtidos pelos centros de projeto, bem como as atividades desenvolvidas pelos três grupos de trabalho – recursos humanos, plano de negócios e capacitação técnica e P&D.

As ações previstas para 2009 foram reduzidas em decorrência da falta de recursos. Como resultado da avaliação realizada e concluída em 2009, foi identificado que o maior desafio para os centros de projeto é a busca da sustentabilidade econômica,

2.3.14. Processos Produtivos Básicos (PPBs)

Realizado: Por intermédio da fixação de regulamentos de Processos Produtivos Básicos (PPB) pelo GT-PPB, constituído de representantes do MCT, MDIC e Suframa, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes do tipo circuitos integrados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs pelo menos a etapa de projeto (*design*), enquanto não se dispõe no País as etapas de fabricação de componentes. Foram aprovados ou revisados diversos PPB com a previsão de utilização de memórias Flash, memórias DRAM, *smart cards* e *chips* para RFID. Em 2009, merece destaque o PPB fixado pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCT nº 215 e nº 216, de 17 de dezembro de 2009, que estabeleceram o PPB para a fabricação de dispositivos de cristal líquido (LCD) para televisores, monitores e demais produtos da posição NCM 8471. Como resultado, a empresa Philips anunciou o investimento industrial em Manaus.

No ano de 2009 foram publicadas 88 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, destas 28 foram do setor de informática. Estão em análise mais de 30 propostas de alteração e fixação de PPB.

Para 2010, pretende-se continuar o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para que mais recursos sejam destinados ao desenvolvimento e fabricação de circuitos integrados, bem como de *displays*, células fotovoltaicas, etc.

2.3.15. No âmbito da Lei de Informática e do Decreto 5.906/06 nas ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2009, destacam-se as seguintes metas institucionais para o período de janeiro a dezembro de 2009, fixadas pela Portaria MCT nº 180, de 16 de março de 2009:

Avaliar as atividades desenvolvidas em, pelo menos, seis centros de projetos de circuitos integrados no Programa CI-Brasil;

Avaliar e acompanhar dez grandes projetos nas áreas de Semicondutores e TV Digital;

Realizar, pelo menos, dois eventos regionais, no âmbito do PBPQ-Software, para acompanhamento dos projetos submetidos ao Ciclo 2007;

Avaliar e acompanhar a execução de, pelo menos, quatro projetos dos programas prioritários;

Acompanhar e avaliar o cumprimento do Processo Produtivo Básico de, pelo menos, quinze empresas incentivadas pela Lei nº 8.248/1991;

Reconhecer a condição de Bens Desenvolvidos no País para, pelo menos, dez empresas incentivadas;

Credenciar, pelo menos, cinco centros, ou institutos de pesquisa, ou entidades brasileiras de ensino, ou incubadoras de empresas de base tecnológica em TI;

Acompanhar e avaliar a execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento de, pelo menos, cinco projetos em instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI e em cinco empresas incentivadas pela Lei 8.248/91;

Analisar, pelo menos, quatrocentos relatórios demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei nº 8.248/1991; e

Adicionalmente às atividades previstas nas metas institucionais, destacamos em 2010 o início da utilização do sistema de gestão informatizado da Lei de Informática – Sigplani, dos seguintes Módulos: Módulo de Concessão de Incentivos, Módulo coleta de dados de atividades de P&D (Relatório Demonstrativo ano base 2009), Módulo Parecer de Relatório Demonstrativo, Módulo Parecer de Relatório Demonstrativo.

2.4. Relação dos Programas

2.4.1. Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral (2)	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Objetivos Específicos (3)	Incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas.
Gerente do programa (4)	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5)	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6)	Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos; Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas; Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos; Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) ; Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados; Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas; e Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas.
Público-alvo (beneficiários) (7)	Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.

2.4.1.1. Programa 8.1 do PACTI

Os Programas 8.1 a 8.3 que integram o PACTI abrangem um conjunto de ações, medidas e metas para o setor de tecnologia da informação e comunicação, visando ampliar os investimentos do País em pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos e melhoria da infraestrutura de pesquisa e inovação. O Programa 8.1 foca na cadeia produtiva dos equipamentos eletrônicos, identificada como de pouca expressão no cenário brasileiro, o que acarreta importações com tendência de crescimento, dependência tecnológica e baixa competitividade da indústria brasileira.

O Programa 8.1- Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Eletrônica e de Semicondutores, então, consolidou as ações e medidas já priorizadas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE para a área de semicondutores e serviu de referência para a elaboração da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, Programa de Tecnologia da Informação e Comunicação.

As ações e medidas propostas concentram-se em quatro tópicos:

- a) Programa Nacional de Microeletrônica – apoio ao programa CI-Brasil, formação e capacitação de recursos humanos,
- b) Apoio a projetos de desenvolvimento de tecnologias de material avançado para aplicação em dispositivos eletrônicos
- c) Concessão de subvenção econômica para empresas, por meio da FINEP
- d) Ampliação e aperfeiçoamento do marco legal de incentivos e benefícios fiscais para o setor.

Cabe destacar que as diretrizes do Programa 8.1 serviram de referência e definiram prioridades para as ações do Fundo de Informática (Ações Verticais), do FNDCT – Ações Transversais e Editais de Subvenção da FINEP no período 2007-2010. Dessa forma, a maioria das metas estabelecidas serão cumpridas até o final de 2010.

Inicialmente, cabe mencionar que o Programa 8.1 do PACTI 2007-2010 está subdividido em 4 sub-programas:

Sub-programa Nacional de Microeletrônica, Semicondutores e Dispositivos, abrangendo as atividades das *design houses* e de treinamento do Programa CI-Brasil; a implementação e operacionalização do Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC; formação e capacitação de recursos humanos; cooperação Sub-programa de Desenvolvimento de Tecnologias de Material Avançado;

Sub-programa de Fomento a Projetos de P,D&I na área de componentes eletrônicos - apoio financeiro para projetos de centros de P,D&I, para o desenvolvimento de circuitos integrados dedicados, de interesse de indústrias locais, a partir de editais competitivos da FINEP e outros instrumentos de fomento; apoio a projetos mobilizadores do setor público, identificando nichos de oportunidade tais como o “chip do boi” e o sistema de identificação veicular, nota fiscal eletrônica, e promovendo o estímulo às atividades de P,D&I por meio de projetos mobilizadores dos grupos nacionais, como o realizado no projeto da TV Digital brasileira; e

Sub-programa de Revisão e Aperfeiçoamento do marco legal do setor de TIC.

Em relação ao sub-programa (iv), que objetiva revisar e aperfeiçoar o marco legal do setor de TIC, foram elaboradas propostas nos subgrupos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com a participação de representantes do MCT, MC, MDIC, MF, BNDES, FINEP, ABDI e outros. As primeiras medidas já previstas no lançamento da PDP foram aprovadas e regulamentadas.

Novas medidas para aperfeiçoar e complementar a Lei de Informática e a Lei do Bem foram aprovadas e implementadas na MP 517, 31 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 7174/2010, estendem aos modems a isenção da PIS/COFINS concedida aos microcomputadores, como parte das ações para acelerar a inclusão digital no Brasil.

2.4.1.2. Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos

Previsto em 2009: 3 novos centros

Execução: o Edital CNPq nº 059/2008, de 2 de outubro de 2008, para a seleção de novos centros e empresas de projeto de circuitos integrados (DH's) que integrarão o Programa CI-Brasil selecionou e aprovou 12 novos projetos. Foram contratados em 2009 111 projetos.

Situação: A meta prevista para o período 2007-2010 foi cumprida em 2009. Não foram identificadas restrições para o cumprimento desta meta.

2.4.1.3. CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados

Execução:

Aprovada a Lei nº 11.759, de 31.07.2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC S.A.

Publicado o Decreto nº 6.338, de 7.11.2008, regulamentando a Lei no 11.759, de 2008, e criando a empresa pública CEITEC S.A.

Início em setembro do transporte dos equipamentos para a unidade de fabricação;

Contratação das etapas de adequação da sala limpa (“hook up”) e da revisão e instalação dos equipamentos (“set up”) – Aviso de Licitação Concorrência MCT nº 1/2008, de 30 de setembro de 2008, concluída em 24 de dezembro de 2008.

Situação: considerando as ações realizadas em 2009 e as atividades pendentes, a previsão de conclusão das obras e o início da operação da unidade de fabricação foi postergado para 2010.. As restrições para o cumprimento da meta são de natureza orçamentária: restrição ou falta de recursos adicionais para a execução dos serviços de *hook-up* e de revisão, instalação e pré-operação dos equipamentos – etapa *set up*

2.4.1.4. Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos

Previsto em 2009: 70 projetos

Execução: Nenhum projeto contratado.

Situação: Encaminhado Termo de Referência para a FINEP para elaboração de edital visando a contratação de projetos de sistemas em RF-ID no segundo semestre de 2009. No entanto, a FINEP estuda uma nova modalidade de contratação

2.4.1.5. Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010

Previsto em 2009: capacitação de 200 especialistas e formação de 200 mestres e doutores.

Execução: 340 projetistas formados nos dois Centros de Treinamento

Situação: em 2009 houve falta de recursos para a implantação dos dois novos centros de treinamento previstos, o que reduziu o número de total de projetistas formados no ano de 2009. Por outro lado, houve a formação da equipe de instrutores brasileiros do Programa, todos certificados pela empresa contratada, conforme previsto inicialmente. A duração dos cursos foi reavaliada e a partir de 2010 os cursos terão duração de 12 meses e não mais serão divididos em duas fases. A não implantação dos novos centros também foi o resultado da redução na procura pelos projetistas, uma vez que tanto no mercado interno como no mercado internacional, o setor passou por uma crise em 2009. Em 2010 deverá ser implantado pelo menos mais um centro de treinamento, prevendo-se a capacitação de 400 projetistas.

2.4.1.6. Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa

Previsto em 2009: 4 centros

Realizado: nenhum projeto foi contratado

Situação: Não foram destinados recursos para esta ação, em função da restrição orçamentária ocorrida em 2009.

2.4.1.7. Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I

Previsto em 2009: 3 projetos

Realizado: Nenhum projeto contratado.

Situação: Não foram destinados recursos para esta ação, em função da restrição orçamentária ocorrida em 2009.

2.4.1.8. Outras ações desenvolvidas

Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software *Electronic Design Automation* – EDA), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras

Realizado: desde 2005, com recursos do Fundo de Informática (R\$ 500 mil) e coordenação da Fundação de Apoio ao CTI – FaCTI, da Sociedade Brasileira de

Microeletrônica – SBMicro e do Laboratório de Sistemas Integráveis –LSI-TEC, foram adquiridas licenças EDA das maiores empresas mundiais (*Cadence, Mentor Graphics e Synopsys*) para mais de 20 instituições brasileiras de ensino e pesquisa, tanto públicas como privadas, que atuam na área de projeto de circuitos integrados.

Situação: Em 2009, com recursos dos Programas Prioritários (PPIs) foram adquiridas licenças acadêmicas para uso nas instituições de ensino e pesquisa, considerando que não houve disponibilidade de recursos do Fundo de Informática, conforme previsto inicialmente. O LSI-TEC recebeu em agosto/2009, um aporte de R\$ 200 mil.

2.4.1.9. Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil

Realizado: Foram realizadas 4 reuniões da Comissão de Coordenação do Programa CI-Brasil durante o ano de 2009. De uma forma geral, foram apresentadas e avaliadas as ações em andamento e os principais resultados obtidos pelos centros de projeto, bem como as atividades desenvolvidas pelos três grupos de trabalho – recursos humanos, plano de negócios e capacitação técnica e P&D.

As ações previstas para 2009 foram reduzidas em decorrência da falta de recursos. Como resultado da avaliação realizada e concluída em 2009, foi identificado que o maior desafio para os centros de projeto é a busca da sustentabilidade econômica,

2.4.1.10. Processos Produtivos Básicos (PPBs)

Realizado: Por intermédio da fixação de regulamentos de Processos Produtivos Básicos (PPB) pelo GT-PPB, constituído de representantes do MCT, MDIC e Suframa, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes do tipo circuitos integrados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs pelo menos a etapa de projeto (*design*), enquanto não se dispõe no País as etapas de fabricação de componentes. Foram aprovados ou revisados diversos PPB com a previsão de utilização de memórias Flash, memórias DRAM, *smart cards* e *chips* para RFID. Em 2009, merece destaque o PPB fixado pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCT nº 215 e nº 216, de 17 de dezembro de 2009, que estabeleceram o PPB para a fabricação de dispositivos de cristal líquido (LCD) para televisores, monitores e demais produtos da posição NCM 8471. Como resultado, a empresa Philips anunciou o investimento industrial em Manaus.

No ano de 2009 foram publicadas 88 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, destas 28 foram do setor de informática. Estão em análise mais de 30 propostas de alteração e fixação de PPB.

Para 2010, pretende-se continuar o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para que mais recursos sejam destinados ao desenvolvimento e fabricação de circuitos integrados, bem como de *displays*, células fotovoltaicas, etc.

2.4.1.11. DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de desempenho operacional relacionados com as atividades realizadas no exercício.

Cabe ressaltar, que as metas institucionais previstas para o exercício de 2010 referentes a gestão da lei de Informática, no que concerne ao número de pleitos de incentivos analisados, foram alcançadas. Contudo, relativamente a quantidade de inspeções em empresas e instituições de ensino e pesquisa, bem como o número de Relatórios Demonstrativos de acompanhamento das contrapartida de P&D analisados permaneceu inferior às metas previstas para o exercício.

Esse resultado reflete o desbalanceamento agudo entre a missão da SEPIN e sua força de trabalho, aspecto já levado conhecimento superior em outras administrações, mas que permanece sem solução.

Concessão de Benefícios Fiscais.

a) – Utilidade: atividade prevista em Lei com a finalidade de fortalecer a capacitação e competitividade das empresas e a base tecnológica do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

b) – Eficiência, eficácia e efetividade:

b.1) – Eficiência: redução dos prazos de deliberação dos pleitos de concessão relativamente ao ano de 2010.

b.2) - Eficácia: as metas fixadas para 2010 foram alcançadas.

b.3) – Efetividade: Os pleitos de concessão, o reconhecimento de bens desenvolvidos no País, resultaram na implantação de novas indústrias, expansão do parque fabril.

c) – Fórmula de cálculo: não se aplica.

d) – Método de aferição: levantamento de dados.

e) – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenador Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.

f) – Resultado do indicador no exercício: os resultados alcançados nos dois exercícios (2009 e 2010) mostra uma melhoria significativa na produtividade e em consequência na efetividade.

g) – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: há uma grande dificuldade em ampliar -- tanto o número de pleitos a serem analisados quanto a quantidade de empresas a serem fiscalizadas em cada exercício -- em função da reduzida força de trabalho. A atividade de concessão é realizada em conjunto com o MDIC/MF que são elementos importantes no desempenho operacional global, enquanto a atividade de reconhecimento de bens desenvolvidos no País e realizada apenas pela SEPIN/MCT.

h) - Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Implementação de sistema informatizado para suporte à análise de pleitos de concessão.

Aperfeiçoamento da metodologia nos trabalhos da Câmara Técnica Interministerial MCT/MDIC/MF, para análise conjunta dos pleitos de concessão de incentivos.

Acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.

a) – Utilidade: atividade prevista em Lei com a finalidade de acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações concernentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas incentivadas.

b) – Eficiência, eficácia e efetividade:

b.1) – Eficiência: redução substancial do prazo de comunicação do resultado da análise dos relatórios demonstrativos - RD às empresas incentivadas.

b.2) – Eficácia: as metas fixadas para 2010 foram alcançadas.

b.3) – Efetividade: para alcançar o objetivo desejado – realizar a análise dos relatórios demonstrativos no mesmo ano de sua coleta – necessita-se dispor de quadro mínimo permanente de servidores capacitados.

c) – Fórmula de cálculo: não se aplica.

d) – Método de aferição: levantamento de dados.

e) – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenador Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.

f) – Resultado do indicador no exercício: houve uma diversificação e distribuição em todas as regiões do País, das atividades de pesquisa e desenvolvimento em relação aos anos anteriores, demonstrando maior interesse das empresas e instituições de ensino e pesquisa em ter mais temas de interesse em suas atividades de P&D, no setor de tecnologia da informação.

g) – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: a equipe de análise disponível em janeiro de 2010 era de 05 analistas, sendo 04 concursados.

h) - Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Em 2010 deu-se continuidade à utilização de recursos de tecnologia da informação no auxílio da elaboração da análise de relatórios demonstrativos, que teve início no segundo semestre de 2009.

2.4.2. Redes e Mídias

As ações de desenvolvimento de produtos, serviços e aplicativos de TIC para suporte às atividades de P&D&I em redes cooperativas são voltadas para gerar novos produtos, serviços e aplicações-piloto para suporte ao trabalho em redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento. Esse trabalho é baseado em comunicação, computação, armazenamento e aplicações interoperáveis e middleware que permitam a federação de recursos de informação (bibliotecas digitais, sistemas de gestão e fomento, bases de indicadores, objetos educacionais, IPTV, etc.), com mecanismos distribuídos de autenticação, autorização e contabilização.

Em 2010, o Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – ProTIC, criado por meio do Decreto nº 6.868, de 04 de julho de 2009, reuniu-se por cinco vezes e definiu as áreas e projetos que serão objeto de apoio em 2010.

No âmbito do Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação – CTIC, ao longo de 2010 foi dada continuidade ao acompanhamento dos seis projetos de P, D & I contratados em 2009. Os títulos de tais projetos são: ALTA-TV, Ginga FrEvo e Ginga RAP, H.264, SIRDAI, SoC-SBTVD, STB-SCAN. O volume de total de recursos para estes projetos é em torno de 12 milhões de reais.

Também em 2010, mais três projetos sobre infra-estruturas para conteúdos digitais foram selecionados. Os projetos se iniciam em 2010 e, como têm duração entre 12 e 18 meses, se encerrarão no final de 2011 ou início de 2012. Os títulos dos projetos são: JCollab, GingaStore, Art-TVDi. O volume de recursos para estes projetos é em torno de R\$ 2 milhões.

Ao final de 2010, iniciou-se a seleção de projetos nas seguintes áreas: ‘virtualização de redes e serviços’, ‘computação em nuvem’ e ‘cidades inteligentes’. Foram pré-selecionados 42 projetos, de um total de 106 projetos submetidos. Os projetos estão em fase de unificação para a criação de oito redes, que serão avaliadas no início de 2011 para eventual contratação. As redes estão assim distribuídas: uma rede no tópico ‘virtualização de redes e serviços’; duas redes no tópico ‘computação em nuvem’ e cinco redes no tópico ‘cidades inteligentes’. O volume previsto de recursos para esta ação, caso as oito redes venham a ser selecionadas, é de 10 milhões de reais.

2.4.3. Principais Ações do Programa: 1388

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	122	1388	2272	A	4	un			
19	572	1388	4967	P	4	un	5	5	7
19	572	1388	6432	P	4	un	4	2	6
19	572	1388	8500	P	4	un	3	1	2

Fonte:

Dados gerais da ação: 19.122.1388.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa:

Tipo da Ação: (1)	Atividade
Finalidade(2)	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição(3)	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4)	240112 - Secretaria Executiva - MCT
Unidades executoras	240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(5)	240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Coordenador nacional da ação(6)	Luiz Antonio Rodrigues Elias

a) Principais resultados:

A execução do orçamento desta ação foi realizada no apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da SEPIN dentre outras, envolveu pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e, demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

b) Principais Problemas: ação de responsabilidade da SEXEC/MCT

c) **Contratações e Parcerias:** ação de responsabilidade da SEXEC/MCT

d) **Transferências:**

Instituição	Objeto	Valor
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq	AMBIETRONIC	396.000,00
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq	LatinDisplay 2010	60.000,00
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq	Apoio à participação de pesquisadores brasileiros nos eventos: ICT 2010 (27 a 29 de setembro de 2010) e EU-Latin American ICT Gateway (29-30 de setembro de 2010), em Bruxelas, Bélgica	100.000,00
Universidade Federal do Ceará – UFC	projeto X Simpósio Brasileiro de Segurança	60.000,00
Universidade Federal do Ceará – UFC	V FÓRUM DOS INSTITUTOS DE P&D e INOVAÇÃO III CONGRESSO TECNOLÓGICO E X SEMINÁRIO E-GOV	75.515,00
Universidade de Brasília-UNB	Encontro da ERI-CO 2010 - Escola Regional de Informática – Centro Oeste da Sociedade Brasileira da Computação-SBC	42.440,00
Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC	“International Symposium on Computer Architecture and High Performance Computing – SBAC-PAD	70.000,00

Dados gerais da ação: 19.572.1388.4967.0001 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos –

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecê-la e para ampliar a participação das empresas nacionais nos

	mercados interno e externo, a fim de transformar o Brasil em uma das referências no cenário internacional do setor.
Descrição (3)	Apoio a projetos de formação e capacitação de recursos humanos; promoção de melhores práticas de engenharia de software; fomento ao uso de software e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil; apoio a implantação de um sistema de informação da indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação; promoção de parcerias empresas-universidades para o desenvolvimento de segmentos emergentes; realização de eventos que visem divulgar e discutir a indústria brasileira de software e serviços correlatos, tais como: assessoria e consultoria em informática, suporte técnico de instalação, configuração e manutenção de sistemas de tecnologia da informação; proposição e apoio às medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de forma a permitir maior competitividade à indústria brasileira de software.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação (5)	Antenor Cesar Vanderlei Corrêa
Unidades executoras (6)	240116 – Secretaria de Política de Informática

A) Transferências:

Convênios:

- 11º FÓRUM INTERNACIONAL SOFTWARE LIVRE – FISL: Apoio financeiro a realização do 11º Fórum Internacional Software Livre – FISL, realizado de os dias 24 a 27 de junho de 2010 em Porto Alegre - RS. O evento acontece anualmente na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. O fórum é considerado um dos maiores eventos do mundo na área por proporcionar uma discussão técnica, política e social sobre software livre de forma integrada. Reúnem discussões, palestras, painéis, personalidades e novidades nacionais e internacionais relacionadas ao desenvolvimento do setor de software livre. A realização do 11º fórum internacional de software livre congregou desenvolvedores membros da comunidade de software livre, usuários, segmento governo, empresas privadas, docentes e discentes de universidades. No evento foram apresentadas palestras técnicas, painéis e cases nas áreas bancária, saúde, educação, gestão municipal, hardware e segurança, o que demonstra a grande evolução na oferta de aplicativos ocorrida, bem como uma análise das tendências projetadas par os próximos anos. Os Técnicos da Secretaria de Política de Informática – SEPIN colaboraram com a montagem e manutenção do estande conjunto do Governo Federal composto pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento Orçamento e Gestão, e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação que

firmaram parceria para a montagem de um estande conjunto do Governo Federal durante o evento, bem como participaram das palestras técnicas e não técnicas, e de oficinas de temas específicos relacionados ao Software Livre.

- 8º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios- Rio INFO2010 é um evento dedicado à Tecnologia da Informação TI. O evento que reuniu empresários, profissionais e acadêmicos nacionais e internacionais que buscaram novas oportunidades de mercado e realização de negócios em um espaço para apresentação de novas idéias e troca de experiências, além de discutir temas atuais como a Política Governamental para o Setor.
Dessa forma, o evento em questão expressou em oportunidade para melhor apresentar os incentivos para o setor de TI, os mecanismos a serem apresentados contribuirão para o desenvolvimento das empresas inseridas no setor.
- Universidade Federal do Pará - UFPA – “IX Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS 2010)”. O SBQS teve como objetivo reunir empresários, profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de diversas áreas, interessados em questões relativas à qualidade de software, em um evento de divulgação e troca de experiências, promovendo a integração Universidade/ Empresa.

Dados gerais da ação: 19.572.1388.6432.0001 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores.

Tipo da Ação(1)	Atividade
Finalidade(2)	Implantar no País um ecossistema microeletrônico, composto por uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de componentes eletrônicos que permita a incorporação desses dispositivos produtos e processos de produção em diversos setores industriais, com ganhos de produtividade, inovação e competitividade.
Descrição(3)	Estimulo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, em parcerias com universidades e centros de pesquisa, objetivando a incorporação em seus produtos de componentes semicondutores desenvolvidos no País; Atração, criação e implantação de investimentos em projeto e fabricação de circuitos integrados no Brasil; Incentivar a implantação, modernização e atualização da infra-estrutura de P&D dos centros de pesquisa nacionais; Consolidação tecnológica e operacionalização da unidade de prototipagem de circuitos integrados em Porto Alegre (CEITEC); Apoio à formação e capacitação de recursos humanos especializados em projeto e processo de fabricação de circuitos integrados; Promoção de programas de cooperação tecnológica com instituições internacionais de excelência nas áreas de microeletrônica, nanoeletrônica e dispositivos micro-eleto mecânicos (MEMS).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4)	240116 – Secretaria de Política de Informática

Unidades executoras(5)	240116 – Secretaria de Política de Informática;
Áreas responsáveis gerenciamento ou execução(6)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação	Henrique de Oliveira Miguel

Sua finalidade é dotar o País de capacitação em projeto e fabricação de componentes semicondutores. Seu produto compreende projetos voltados ao desenvolvimento da indústria e fabricação de semicondutores.

Dados gerais da ação: 19.572.1388.8500.0001 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

Tipo da Ação(1)	Atividade
Finalidade(2)	Consolidar a capacitação tecnológica do País para a implantação, desenvolvimento e inovações de tecnologias de TV Digital.
Descrição(3)	Apoio a projetos de pesquisas de estímulo a inovação em diversos segmentos, destacando-se os radiodifusores, as indústrias de equipamentos transmissores e receptores, os produtores de conteúdo e a indústria de software; Mobilização e coordenação de ações de redes multidisciplinares de instituições acadêmicas e de P&D brasileiras com o objetivo comum de desenvolver a competência nacional para inovação em comunicações digitais, em particular para a TV digital; Provisão dos meios necessários para implantar o Centro de Desenvolvimento para a TV Digital, na forma de uma unidade de coordenação de uma plataforma de P&D&I descentralizada, com foco no desenvolvimento de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs); Viabilização de atividades de P&D&I em tecnologias relacionadas a TV digital no País e Apoio a projetos de cooperação tecnológica com centros de P&D do exterior; Proporcionar a formação de recursos humanos para a TV Digital no Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Unidades executoras(5)	240116 – Secretaria de Política de Informática;
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(6)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador	Augusto César Gadelha Vieira

2.5. Desempenho Operacional

2.5.1. Programação Orçamentária

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Administração direta	240101	240101

Quadro 1 - Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA					5.950.000,00	5.950.000,00
	LOA					5.550.050,00	5.950.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
Reabertos							
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						5.550.050,00	5.950.000,00

Quadro 2 - Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA					132.000,00	132.000,00
	LOA					132.000,00	132.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total						132.000,00	132.050,00

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCT em 11/03/2011

Quadro 3 - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	5.950.050	5.950.000	132.000	132.000	6.082.050,00	6.082.050,00
	LOA	5.550.050	5.950.000	132.000	132.000	5.682.050,00	6.082.050,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							

Total					5.682.050,00	6.082.050,00
-------	--	--	--	--	--------------	--------------

Fonte: SIAFI Gerencial/CEGOF/MCT em 11/03/2011

Análise crítica da Programação Orçamentária

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	351.151,00	206.425,66	351.151,00	206.425,66	-	-	351.151,00	206.425,66
14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	166.571,66	205.012,73	166.571,66	205.012,73	-	-	166.571,66	205.012,73
18 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.840,00	1.036.008,21	6.840,00	881,00	-	1.035.127,21	6.840,00	881,00
20 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	164.226,00	59.991,79	40.700,00	59.991,79	123.526,00	-	40.700,00	59.991,79
30 MATERIAL DE CONSUMO	90.449,05	790,00	85.028,47	790,00	5.420,58	-	85.028,47	790,00
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	453.763,52	323.911,73	378.696,11	323.911,73	75.067,41	-	378.696,11	323.911,73
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	65.369,69	61.742,26	65.369,69	61.742,26	-	-	65.369,69	61.742,26
37 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.270.812,36	811.026,60	1.270.812,36	811.026,60	-	-	1.270.812,36	811.026,60
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.028.650,71	1.449.809,81	1.028.650,71	1.399.151,63	-	50.658,18	1.028.650,71	1.399.151,63
41 CONTRIBUICOES	800.440,00	687.104,00	400.000,00	180.000,00	400.440,00	507.104,00	400.000,00	180.000,00
47 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-	6.835,90	411,35	6.835,90	411,35	-	-	6.835,90	411,35

OP.INTRA-ORCAMENTARIAS								
92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.998,92	230,00	2.998,92	230,00	-	-	2.998,92	230,00
93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	538.833,24	33.071,32	538.377,20	33.071,32	456,04	-	535.777,20	33.071,32
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCT em 11/03/2011

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ **Valores em R\$ 1,00**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
52 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	21.900,00	--	21.900,00		--	--	21.900,00	--
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica das concessões de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.

Análise crítica das concessões de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.

Os recursos concedidos foram realizados na forma de descentralização de crédito, a outras unidades integrantes do orçamento da União, principalmente, unidades vinculadas à estrutura do Ministério, com vistas a agilizar o processo de execução no atendimento ao pagamento de bolsas e projetos de pesquisa.

2.5.2. Execução Orçamentária

Preencher, segundo as orientações do TCU os quadros referidos abaixo.

**Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos Valores em
por movimentação R\$ 1,00**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	136.442,88	370.000,00	136.442,88	320.630,83
Pregão	1.353.421,93	1.207.788,14	1.278.354,52	1.206.499,13
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	707.328,11	1.550,00	701.907,53	1.550,00
Inexigibilidade	59.498,72	8.256,72	59.498,72	8.256,72
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras	2.374.445,79	3.057.646,40	1.847.423,75	1.515.415,19

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCT em 11/03/2011

Análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Contingenciamento no exercício:

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:
Os subitens acima citado não foram preenchidos, pois não houve ocorrências.

2.5.3. Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	122	1388	2272	A	4	un			
19	572	1388	4967	P	4	un	5	5	7
19	572	1388	6432	P	4	un	4	2	6
19	572	1388	8500	P	4	un	3	1	2

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1388		Denominação: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.						
Objetivos Específicos: Incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas.						
Gerente: Luiz Antonio Rodrigues Elias			Responsável:			
Público Alvo: Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica, laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
01/01/2010	31/12/2010					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
		Data	Índice inicial	Índice final		

					exercício	exercício
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice: Número de certificados válidos de sistemas e de famílias de produtos emitidos de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC no ano;						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte:

Indicador: Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos
Data: 13/02/2009
Fórmula: Número de certificados válidos de sistemas e de famílias de produtos emitidos de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC no ano.
Unidade de Medida: Unidade
Índice Referência: 17361.000
Índice Apurado: 10620.000
Periodicidade: Anual
Fonte: ABNT/INMETRO
Base geográfica: Nacional

Indicador: Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas
Data: 15/10/2007
Fórmula: Número de mestres e doutores, em equivalência de tempo integral, alocados em atividades internas de P&D dividido pelo total de pessoas alocadas em atividades internas de P&D das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida : Percentual
Índice Referência : 8.090
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Bianual
Fonte : PINTEC/IBGE
Base geográfica: Nacional

Indicador : **Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no**

Total das Exportações de Produtos
Data : 05/10/2007
Fórmula : Valor das exportações de produtos de alta tecnologia dividido pelo valor das exportações brasileiras de produtos industriais, multiplicado por 100.
Unidade de Medida : Percentual
Índice Referência : 8.700
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Anual
Fonte : Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC
Base geográfica: Nacional

Indicador : Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO)
Data : 04/05/2007
Fórmula : Pedido de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes.
Unidade de Medida : Unidade
Índice Referência : 13169.000
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Anual
Fonte :
Base geográfica: Nacional

Indicador : Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados.
Data : 09/02/2009
Fórmula : Número de pedidos de patentes de invenção depositados no USPTO, por residentes no Brasil, no ano.
Unidade de Medida : Unidade
Índice Referência : 340.000
Índice Apurado : 385.000
Periodicidade: Anual
Fonte : United States Patent and Trademark Office (USPTO)
Base geográfica: Nacional

Indicador : Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas
Data : 04/05/2007
Fórmula : Número de pessoas, com dedicação exclusiva e parcial, em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento dividido pelo número total de empregados das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por mil.
Unidade de Medida : 1/1.000
Índice Referência : 9.63 por mil
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Bianual
Fonte : PINTEC/IBGE
Base geográfica: Nacional

Indicador : Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento
--

na Receita Líquida de Vendas das Empresas.
Data : 15/10/2007
Fórmula : Gasto total das empresas em P&D dividido pela receita líquida de vendas das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida : Percentual
Índice Referência : 0.650
Índice Apurado : Índice não apurado
Periodicidade: Bianual
Fonte : PINTEC/IBGE
Base geográfica: Nacional

3. Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	5	15	5	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	6	-	6
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		1		
1.4.1 Cedidos	-	1	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		11		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-

2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	Idem ao 1.2.4	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	6	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	5	40	5	9

Fonte: CGRH

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	5	6	2	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1
2.3. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	3	6	2
2.4. Funções gratificadas	-	-	4	2	-

Fonte: CGRH

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	6	9	7-	5-	3-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	5	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em									

comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-	1	10	-	-	-
2.4. Funções gratificadas	-	-	-	-	5	1	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	1	1
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	-	-

Fonte: CGRH

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	-	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: CGRH

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	1	3	3	3	15,195,33
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área					

Fim					
<input type="checkbox"/> Área					
Meio	3	1	1	1	4.841,00

Fonte: CGRH

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	38.755,11							
2009	79.748,32							
2010	28.857,48							
Servidores com Contratos Temporários								
2008	34.450,00							
2009	30.020,00							
2010	24.911,66							
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008			6.707,61					
2009			6.707,61					
2010			6.707,61					
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	83.868,11		35.922,48	9.153,60				
2009	119.997,19		33.184,97	10.872,05				
2010	58.417,86		30.759,74					
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008					2.550,00			
2009					2.600,00			
2010					2.650,00			

Fonte: CGRH

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de Crédito

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2009 para Pagamento em 2010.

Ano de Inscrição	RP Processados				RP não Processados			
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	---	---	---	--	--	--	--	--
2008	--	--	--	--	--	--	--	--
2009	6.115,76			6.115,76	117.965,40			117.965,40
20010	2.600,00		2.600,00		604.910,00		125.442,16	479.467,87

6. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	153045	14224	75.515,00	--	71.799,50	0,00	2010	2010	
4	153045	15224	60.000,00	--	0,00	60.000,00	2010		
4	154040	15257	42.440,00	--	37.226,44	331,46	2010	2010	
4	240123	1	70.000,00	--	0,00	70.000,00	2010		
4	364102	36201	100.000,00	--	100.000,00	0,00	2010	2010	
4	364102	36201	60.000,00	--	42.958,33	0,00	2010	2010	
4	364102	36201	396.000,00	--	0,00	396.000,00	2010		
4	364102	36201	500.000,00	--	0,00	500.000,00	2010		
4	364102	36201	200.000,00	--	200.000,00	0,00	2010	2010	
1		05971682	120.000,00	20.000,00	120.000,00	0,00	2010	2010	4
1		86846706	100.000,00	20.000,00	100.000,00	0,00	2010	2010	4
1		29532264	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	--	--	7
2		03736617	1.000.00,00	--	--	1.000.000,00	2010	--	

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio

2 - Contrato de Repasse

Situação da Transferência:

1 - Adimplente

2 - Inadimplente

3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte:

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	5	2	3			
Contrato de Repasse		8				
Termo de Parceria	1	1				
Termo de Cooperação	8	1	9			
Termo de Compromisso						
Totais	14	12	12	1.000.000,00	969.812,15	981.201,32

Fonte:

Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:				UG/GESTÃO:	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	--	--	--	--

Contrato de Repasse	--	--	--	--	--
Termo de Parceria	2	--	--	--	--
Termo de Cooperação	2	--	--	--	--
Termo de Compromisso	--	--	--	--	--
Totais					

Fonte:

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. **Valores em R\$ 1,00**

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

Fonte:

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:		UG/GESTÃO:				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos			
			Convênios	Contratos de Repasse		
2010	Quantidade de contas prestadas					
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade				
		Montante repassado (R\$)				
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
Contas NÃO analisadas		Quantidade				
	Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
Montante repassado (R\$)						
2008	Quantidade de contas prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
Montante repassado						
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado				

Fonte:

7. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.

O registro das informações relacionadas com esse item é de competência da CGRL/SPOA e a declaração correspondente consta do Relatório de Gestão daquela Subsecretaria.

8. Declaração de Bens e renda

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, tendo em vista a minha posse no cargo de _____ do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria do XXXX, para o qual fui nomeado(a) através da Portaria nº ____/2006-GP, de ____/____/2006, publicada no DOE/RN do dia ____/____/20xx, que estive, até o momento, isento(a) da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Bens e Rendimentos à Secretaria da Receita Federal, para efeito de Imposto de Renda. A presente declaração é para atender ao que dispõe o § 5º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, artigo 1º da Lei nº 8.730, de 10/11/93, artigo 2º do Decreto nº 978, de 10/11/93, art. 13 da Lei nº 8.429, de 02/06/92, e art. 3 da Instrução Normativa nº 05/94, de 10/03/94, do TCU.

Brasília, ____ de _____ de 20xxx.

Assinatura _____

RG Nº _____

9. Estrutura de controles internos da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

Ambiente de controle;

Avaliação de risco;

Procedimento de controle;

Informação e comunicação;

Monitoramento.

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos					X

como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas			X		

e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do	X				

consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ

	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliação	Imóvel	Instalações

				co	ão	do		
Total							Σ	Σ

Fonte:

12. Gestão de TI da UJ

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Não se aplica				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				

11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não se aplica				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Cartões de Pagamento do Governo

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos 5.355/2005 e 6.370/2008

14. Renúncia Tributária

ITEM 14 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI – Imposto sobre	- Leis nºs 8.248/2001, 10.176/2	Redução/isenção do Imposto sobre Produtos	Capacitação tecnológica e competitividade do setor	- Investimento em atividades de pesquisa e	31/12/2019	Depósitos no FNDCT – Débitos

e Prod utos Indu stri al izado s	001 e 11.077/2 004. - Decreto nº 5.906/20 06.	Industrializado s - IPI	de tecnologias da informação.	desenvolvime nto em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.		decorrent es da não- realizaçã o, total ou parcial, em atividade s de pesquisa e desenvol vimento em tecnologi as da informaç ão.
PIS/P ASE P, COFI NS, IPI, CIDE , Il- Impo sto de Impo rtaçã o	- Lei nº 11.484/2 007. - Decretos nº 6.233 e 6.234 de 11/10/20 07.	Redução/Isenç ão do PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, - Imposto de Importação (*)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamento s para TV Digital e de componentes eletrônicos semiconduto res e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvim ento Tecnológico da Indústria de Semiconduto res – PADIS e o Programa	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvime nto em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	PADIS – 22/01/2 022 PATVD - 22/01/2 017	Depósito s no FNDCT – Débitos decorrent es da não- realizaçã o, total ou parcial, em atividade s de pesquisa e desenvol vimento em tecnologi as da informaç ão.

			de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD.			
--	--	--	---	--	--	--

Fonte: **SEPIN – Secretaria de Política de Informática**
 (*) – dados não disponíveis para o ano base de 2010.

Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Valores	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	2.166.101.040,00	3.261.370.728,48	3.303.950.000,00	3.108.571.418,07	3.865.680.000,00	---
Contrapartida	650.000.000,00	633.974.602,30	557.608.436,00	579.928.687,24	901.425.000,00	---
Medidas de Compensação *	---	3.077.555,61	---	4.478.524,21	---	5.044.722,96

Fonte: **SEPIN – Secretaria de Política de Informática**
 (*) Os valores referem-se aos débitos efetivamente depositados no FNDCT decorrentes do disposto nos arts.35 e 37 do Decreto 5.906/2006.

Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-

MS	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Σ	-	-	-	-	-	-

Não se aplica

Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	1	400.350,00	2	313.321,56	2	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	34	135.907.675,83	38	162.955.542,02	40	-
CE	5	16.362.917,29	5	18.024.401,51	6	-
DF	6	3.612.323,44	7	6.096.514,01	8	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	2	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-
MG	40	99.374.296,59	59	189.485.218,62	68	-
PA	-	-	1	75,68	1	-
PB	5	2.060.809,87	5	5.224.448,69	5	-

PR	36	317.614.411,47	36	391.180.294,26	41	
PE	4	14.016.547,77	4	6.029.620,93	4	
PI	-	-	-	-	-	
RJ	4	1.376.419,12	7	535.686,94	8	
RN	2	573.703,29	2	977.994,29	3	
RS	43	289.011.478,83	44	316.303.603,81	44	
RO	-	-	-	-	1	
RR	-	-	-	-	-	
SC	19	122.204.071,96	37	114.497.499,58	46	
SP	167	2.253.854.960,32	189	1.890.760.825,78	204	
SE	3	5.000.762,70	3	6.186.370,39	3	
TO	-	-	-	-	-	
Σ	369	3.261.370.728,48	440	3.108.571.418,07	486	

Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-

SP	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Σ	-	-	-	-	-	-

Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	1	891.343,93	-	-
BA	7	17.349.574,77	6	16.746.056,76	-	-
CE	9	28.820.637,35	7	22.086.547,73	-	-
DF	6	17.349.340,56	5	20.354.059,61	-	-
ES	1	283.778,49	1	374.972,66	-	-
GO	-	-	1	137.635,94	-	-
MA	2	488.277,94	1	120.744,82	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	1	512.011,21	1	324.028,30	-	-
MG	7	7.766.035,38	5	8.353.395,16	-	-
PA	-	1.714.690,66	1	863.807,47	-	-
PB	3	2.592.506,82	2	1.383.563,11	-	-
PR	6	16.286.927,92	5	14.326.513,88	-	-
PE	5	51.540.215,38	5	43.169.371,65	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	3	1.791.497,27	2	1.020.191,60	-	-
RN	2	319.996,38	2	136.477,39	-	-
RS	10	6.550.507,74	10	8.031.140,14	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	7	6.210.867,84	8	6.671.517,91	-	-
SP	31	146.511.748,15	24	143.115.285,33	-	-
SE	-	-	1	328.217,27	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Σ	101	306.088.613,86		288.424.870,66	-	-

Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010

Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Situação	2008		2009		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	23	-	24	-	-	-
PC Aguardando Análise	375	633.947.602,30	440	579.928.687,24	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-

Comunicações à RFB

Renúncia	2008				2009				2010			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
IPI	6	-	-	-	46	13	-	-	55	61	-	-

Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2008	-	-	-	-	0,088%	85.087	---
2009	-	-	-	-	0,098%	96.814	---
2010	-	-	-	-	0,105%	108.431	---

15. Declaração de Regularidade

Declaração em anexo

Ações da RFB

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)

TOTAL					
-------	--	--	--	--	--

16. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.237/2005-5	1549/2007-Plenário	9.2.1	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
2			9.2.2.2	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
3			9.2.3	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
4			9.2.4	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
5			9.2.5	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
6			9.2.6	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
7			9.2.7	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
8			9.2.8	RELATÓRIO DE	

				ACOMPANHAMENTO	
9	013.237/2005-5	2.230/2007-Plenário	9.2.1	Embargo	
10	024.171/2007-0	1.827/2010-Plenário	MCT	Representação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Descrição da Deliberação:					
“9.2.1. proceda à suspensão e, se for o caso, ao cancelamento dos benefícios fiscais das empresas incentivadas que não cumpriram os termos do § 9º do artigo 11 da Lei n. 8.248/1991, alterada pela Lei n. 10.176/2001, de acordo com os artigos 33 e 36 do Decreto n. 5.906/2006, pela não-apresentação, ou pela apresentação intempestiva, de relatórios descritivos das atividades de pesquisa e desenvolvimento previstas no projeto elaborado e dos respectivos resultados alcançados;”					
9.2.2.2. sejam estabelecidos os procedimentos para análise dos processos referentes à concessões de novas renúncias fiscais da Lei de Informática, bem como dos relatórios demonstrativos das aplicações das contrapartidas em pesquisa e desenvolvimento, prevendo prazos de análise, prazos para que as empresas apresentem contestações, a autoridade responsável pela análise dessas e ainda a quantidade máxima de contestações;					
9.2.3. proceda, junto ao Instituto UNIEMP, à transferência dos recursos materiais e financeiros depositados no referido Instituto aos convenientes responsáveis pela efetivação das atividades de pesquisa e desenvolvimento a que se refere a Lei de Informática, uma vez que estão indevidamente custodiados no UNIEMP;					
9.2.4 revise todos os processos de parcelamento já realizados ou pendentes, de modo a adequar a autorização para recolhimento parcelado aos termos do Decreto n. 5.906/2006;					
9.2.5. exija das empresas que procedam à aplicação no fundo de que trata o inciso III do § 1º do artigo 11 da Lei de Informática, em valores atualizados e acrescidos de doze por cento, do valor residual dos investimentos de pesquisa e desenvolvimento previstos nesse artigo, no caso de não atingirem o mínimo fixado no exercício, consoante artigos 9º da Lei 8.248/1991 e 35 do Decreto n. 5.906/2006;					
9.2.6. abstenha-se, salvo motivo justificado, de conceder às empresas benefícios relativos a novos produtos ou modelos, ao verificar a existência de pendências quanto aos resíduos em aplicação em pesquisa e desenvolvimento por parte dessas, conforme previsto no artigo 9º da Lei 8.248/1991 e no artigo 36 do Decreto n. 5.906/2006;					
9.2.7. encaminhe à Secretaria da Receita Federal, tempestivamente, os pareceres e relatórios técnicos referentes às empresas inadimplentes com as exigências da Lei n. 8.248/91, visando ao lançamento dos tributos devidos pelas empresas descumpridoras da legislação, conforme art. 9º dessa Lei, com redação dada pela Lei n. 10.176/2004;					
9.2.8. realize a análise tempestiva de todos os Relatórios Demonstrativos das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento das empresas incentivadas pela Lei de Informática, tendo em vista o cumprimento dos objetivos previstos no art. 11, caput, e §§ 12 e 16, da Lei n. 8.248/1991, alterados e acrescidos pela Lei n.					

10.176/2001 e Lei n. 11.077/2004;	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT	2058
Síntese da providência adotada:	
9.2.1 – determinação atendida , com procedimento aplicado e em curso, que resultou até o presente na suspensão /cancelamento de cerca de 110 empresas.	
9.2.2.2. a) com relação à concessão: - publicação da Portaria MCT/MDIC/MF nº 148/2007 (instituiu a Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão – CTI-PC); - publicação da Portaria MCT/MDIC nº 501/2010 (implantou módulo eletrônico de pleitos de incentivos da Lei de Informática) b) com relação a relatórios demonstrativos: - procedimento operacional já adotado para a contestação; encontra-se em fase final de elaboração no âmbito da SEPIN proposta de regramento que disciplina prazos de análise e apresentação de contestações.	
9.2.3 –determinação esclarecida e solucionada em conformidade com o Acórdão 2230/2007-TCU-Plenária , item 9.2.1	
9.2.4 – implementada a determinação por meio do regramento de parcelamento de débitos, Portaria MCT nº 97/2007, com o entendimento emanado do Acórdão 2230/2007-TCU, item 9.2.2	
9.2.5 – implementada a determinação por meio do regramento de quitação de débitos, Portaria MCT nº 772/2009.	
9.2.6 – a SEPIN recomenda a concessão de novos benefícios para empresas em situação regular quanto a suas obrigações de investimento em P&D, que serão concedidos mediante a aprovação das três pastas Ministeriais: MCT, MDIC e MF, conforme o disposto no § 2º do art 22, do Decreto 5.906/2006 .	
9.2.7 – trata-se de procedimento de rotina adotado.pela SEPIN, quando caracterizada a inadimplência.	
9.2.8 – processo de operacionalização, que requer a redução significativa do déficit estrutural de técnicos qualificados da SEPIN e recursos adequado.para o cumprimento tempestivo das análises dos RDs.	
Síntese dos resultados obtidos	
Publicação das Portarias: MCT/MDIC/MF nº 148/2007; MCT/MDIC nº 501/2010; MCT nº 178/2007; MCT no 97/2007 e 772/2009.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Positivos: No caso das portarias conjuntas, o apoio das outras pastas governamentais; e No caso das portarias do MCT foi decisiva a contribuição e orientações da CONJUR/MCT.	
Negativos: Em relação à concessão de benefícios, a participação de 3 pastas governamentais, torna os procedimentos mais burocráticos reduzindo a eficiência. Em relação às obrigações das beneficiárias (contrapartidas de P&D – inclusive FNDCT e Programas Prioritários - cumprimento de regras do PPB, certificação de sistema da qualidade e implatação de programa de participação dos empregados nos lucros e resultados) implica numa gestão muito complexa, face a estrutura disponível por parte de MCT.	

--

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	013.237/2005-5	1549/2007-Plenário	9.2.2.2	RA	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT					2058
Descrição da Deliberação:					
9.2.2.2. sejam estabelecidos os procedimentos para análise dos processos referentes à concessões de novas renúncias fiscais da Lei de Informática, bem como dos relatórios demonstrativos das aplicações das contrapartidas em pesquisa e desenvolvimento, prevendo prazos de análise, prazos para que as empresas apresentem contestações, a autoridade responsável pela análise dessas e ainda a quantidade máxima de contestações;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					1988
Justificativa para o seu não cumprimento:					
- trata-se de recomendação que implica em emissão de portaria do MCT, cuja operacionalização exige equipe qualificada com estabilidade (servidor de carreira).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Positivos: empenho das autoridades da SEPIN e do MCT em equacionar a deficiência de RH.					
Negativos: O Órgão responsável não autorizou – após 2009 -- a abertura de novos concursos e nos realizados, o número de vagas foi aquém das necessidades.					

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Síntese da providência adotada:	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

- Desde 2001 ocorreu um aumento contínuo e expressivo das atribuições/competências da SEPIN, o que não foi acompanhado com ajustes de estrutura do órgão frente às novas realidades;

- As demandas dos Órgãos de controle (TCU e CGU), tem-se tornado mais detalhadas, frequentes, muitas vezes repetitivas, ocorrendo de forma simultânea, e que, para serem

atendidas requerem um nível de dedicação que impacta por tempo excessivo as atividades normais da Secretaria;

- A insistência das auditorias dos órgãos de controle com claro viés de tratar eventuais deficiências operacionais -- cujas razões foram inclusive objeto deste relatório -- como conduta irregular ou dolo, por parte dos servidores da SEPIN, da forma que procuramos demonstrar, claramente equivocada, prejudica o interesse dos atuais servidores em assumir cargos de confiança, podendo inclusive reduzir a motivação de servidores da carreira em integrar o quadro da SEPIN; e

- A avaliação da SEPIN deveria levar em conta indicadores e resultados concretos da evolução do setor de TIC no Brasil, nesta última década, o que já tem sido reconhecido em recentes trabalhos acadêmicos, que denotam o empenho da equipe em superar as atuais restrições estruturais e seu comprometimento com a missão institucional.

18. Informações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO ADVERSA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Secretaria de Política de Informática.SEPIN			240.116
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Sifi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF,	Data	31/03/2011
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF 6.666

19. Consultores contratados na modalidade “produto”

Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATIONS					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
914 BRA5065.2 MCT-PRODOC (1301)					914BRA5065
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código dos Contrato: SC02486/2009					
Objetivo da consultoria: 2					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/11/2009	31/07/2010	R\$ 55.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 55.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Análise específica da legislação e do aparato institucional referente à Proteção de Dados Pessoais nos países selecionados, compreendendo a comparação entre estes e análise do seu impacto, com conclusões e recomendações.			Atividades desenvolvidas entre 19 de dezembro de 2009 e 31 de julho de 2010. Entrega: 16/08/2010	R\$ 55.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA				CPF:819.331.009-82	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Produto entregue, no prazo previsto, execução físico-financeira realizado pela UGP/SPOA/MCT					

Nome da Organização					Sigla
UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATIONS					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
914 BRA5065.2 MCT-PRODOC (1301)					914BRA5065
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código dos Contrato: SC2485/2009					
Objetivo da consultoria: 2					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/11/2009	31/07/2010	R\$ 60.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 60.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 2: Avaliação do andamento e os impactos da implementação do FCHS - Programa de Formação de Capital Humano em Software, análise crítica de resultados e propostas para ajustes	Atividades desenvolvidas entre 19 de dezembro de 2009 e 31 de julho de 2010. Entrega: 16/07/2010	R\$ 60.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: RICARDO SAUR		CPF: 334.471.447-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Produto entregue, no prazo previsto, execução físico-financeira realizado pela UGP/SPOA/MCT		